Daniel C. de Figueiredo

A Família Jereissati

(Descendentes de AZIZ KALIL JEREISSATI)

Sobral - Ceará
Junho de 2009

INTRODUÇÃO

A família Jereissati é de origem Sírio-Libanesa. Sua origem no Brasil .....
Acerca dos Sírio-Libaneses transcrevo interessante artigo publicado na Revista Veja On Line (http://veja.abril.com.br/041000/p_122.html) datado de 4 de outubro de 2000, de autoria de Flávia Varella::

"(...)Os primeiros imigrantes libaneses e sírios queriam fazer fortuna e voltar. Ficaram, trabalharam duro, investiram na educação dos filhos. Criaram gerações de doutores e uma tradição de participação na política - - - -Salim, Ibrahim, Fuad, Abrahão, Jamil, Nagib, Habib, Tufik, Salomão, Chafic. Na vida de quase todo brasileiro "da gema" há um brasileiro com um nome assim – "turco", como se diz até hoje, mais por hábito do que por preconceito. Tem o dono da venda, o dono da fábrica, o político, o médico, o pai do amigo, o vizinho. Estima-se que os descendentes de libaneses e sírios somem 7 milhões de pessoas. São 4% da população brasileira, mas estão em todo canto. A Embaixada do Líbano no Brasil garante que há pelo menos um representante da colônia em cada um dos mais de 5.000 municípios do país. Marcam presença em todas as esferas da vida nacional e em determinados nichos ganham um destaque especial. Na política e na medicina, a proliferação de sobrenomes árabes é tão intensa que chega a ser intrigante.
Alguns exemplos: no Congresso Nacional, instância máxima da política, dos 513 deputados, 38 têm origem libanesa ou síria, entre eles o presidente da Câmara, Michel Temer; dos 81 senadores, Pedro Simon, Paulo Ganem Souto, Artur da Távola, Ramez Tebet e Romeu Tuma têm sangue árabe correndo nas veias. Na conta final, são quase 8% dos parlamentares. Na cidade de São Paulo, onde 20% dos vereadores são da colônia, dos cinco candidatos no pelotão de frente das pesquisas para a prefeitura, três têm sobrenome árabe: Paulo Maluf (libanês), Romeu Tuma (sírio) e Geraldo Alckmin (ascendência distante). Em Mato Grosso do Sul, a contagem dos políticos de origem libanesa e síria é ainda mais impressionante. Eles são 37% dos deputados federais, 21% dos deputados estaduais e quase 30% dos vereadores da capital, Campo Grande.
"Nossa representação na política chega a ser um exagero", dramatiza o senador Pedro Simon, gaúcho filho de libaneses que emigraram por volta de 1920. "É de longe a maior colônia no Congresso." Os números das grandes ondas de emigração que chegaram ao Brasil endossam a impressão. Libaneses e sírios, cerca de 130.000 ao longo de um século, entre 1872 e 1972, ocupam o sétimo lugar na classificação geral, muito longe dos italianos, portugueses e espanhóis, os campeões, e mesmo de japoneses, alemães e russos. Basta conferir qualquer lista de políticos para verificar que os nomes nipônicos ou teutônicos não pululam na mesma proporção que os árabes. Uma das explicações dessa representação política desproporcional ao contingente numérico está na própria história da trajetória dos imigrantes. O cientista social Oswaldo Truzzi, que analisa a questão no livro *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo,* detecta a importância de dois fatores confluentes.

Primeiro, a extensa distribuição geográfica da colônia, fruto da atividade de mascate que nove em cada dez imigrantes abraçaram. Para os vendedores ambulantes, que saíam das cidades grandes com a malinha de produtos debaixo do braço, cada lugarejo representava um mercado em potencial. Se a concorrência era brava, eles se embrenhavam mais adiante. E mais ainda, sempre mais.

Um dos resultados disso: um neto de libaneses governador de Estado (e presidenciável em potencial) na ponta norte do país, Tasso Jereissati, no Ceará; um senador pelo Estado mais ao sul, Pedro Simon. A essa distribuição ramificada como um cedro do Líbano juntou-se a incrível mobilidade social da colônia, o segundo fator apontado por Truzzi. Os libaneses e sírios que começaram a desembarcar no Brasil nas últimas décadas do século XIX, vindos de regiões sob o domínio do Império Turco-Otomano (daí os passaportes turcos que provocaram a confusão), traziam na bagagem a ética do trabalho dos imigrantes, feita de gana, esforço, capacidade de enfrentar grandes sacrifícios. A ela logo acrescentavam a constatação de que, para alavancar a ascensão social em meio a uma "elite de doutores", precisavam somar o estudo ao capital. Assim que juntavam um dinheirinho, passavam a investir na educação dos filhos. A família do deputado Michel Temer é um exemplo clássico. Vindos do Líbano na década de 20, seus pais instalaram-se numa chácara em Tietê, interior de São Paulo. Na frente, a indefectível lojinha. Apenas o irmão mais velho de Temer não estudou, para ajudar o pai. Os outros quatro formaram-se em direito pela Faculdade do Largo São Francisco. O roteiro do senador Ramez Tebet foi praticamente idêntico, à exceção do cenário: criado em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, cursou direito no Rio de Janeiro, custeado pela lojinha paterna. "Tudo o que meu pai ganhou, gastou na educação dos filhos", diz o senador.

No levantamento de dados para seu trabalho sobre imigração e política, o sociólogo Truzzi ressalta o grande número de profissionais liberais filhos de imigrantes árabes, formados nas mais importantes faculdades de direito, engenharia e medicina, que depois se tornaram políticos, e a presença maciça de descendentes que entraram para o cenário da política federal e estadual a partir de carreiras iniciadas em cidades do interior. Fora dos grandes centros (com exceção de São Paulo, de forte presença árabe, onde o primeiro brasileiro da colônia foi eleito em 1930 para um cargo político: subprefeito do distrito do Ipiranga), era mais fácil furar a barreira das elites tradicionais. O avô do governador do Ceará, Aziz Jereissati, chegou a São Luís do Maranhão no início do século, vindo de uma família de ferreiros da cidade de Zahle *(jarrass*, que resultou no sobrenome do clã, quer dizer sino em árabe). Abriu uma loja de tecidos quando se mudou para o Ceará. Seu filho Carlos, pai de Tasso, já foi senador.

Ao contrário da de outros grandes grupos, a imigracão sírio-libanesa foi espontânea e individual. A maioria dos que aqui chegaram preferiu estabelecer-se na cidade e ganhar a vida como comerciante autônomo a ir para as lavouras do interior, como tiveram de fazer outros estrangeiros que já vinham contratados para o trabalho nas fazendas. Segundo um levantamento de 1934, 80% dos árabes viviam em centros urbanos, contra 20% no campo – exatamente o inverso dos imigrantes japoneses. O objetivo era "fazer a América": ganhar dinheiro e voltar. Acabavam ficando e trazendo o resto da família. O patrício chegava, pegava umas mercadorias em consignação, colocava na maleta e saía vendendo de porta em porta ou sobre a lona estendida na praça. Aos poucos, abria uma lojinha, um atacado, com sorte uma indústria. O comércio permitiu juntar dinheiro mais rápido e deu liberdade para depois aplicar parte dele em boas escolas para os filhos.

Ao colocarem suas quinquilharias na maleta e sair de bicicleta, no lombo do burro ou de barco pelos grotões do Brasil, os imigrantes ajudaram a povoar o país e fincaram raízes nos cantos mais remotos. O presidente americano Theodore Roosevelt conta, em suas memórias da viagem que fez pelo interior do Brasil em 1914, em companhia do marechal Rondon, que encontrou um jornal da colônia, escrito em árabe, num lugar onde não se avistava ninguém a dias de caminhada. A história da dispersão árabe pelo país coincide com etapas da História do Brasil. Houve o ciclo da borracha e lá foram eles oferecer seus produtos aos seringueiros, aos barões da borracha. O pai do cardiologista e ex-ministro da Saúde Adib Jatene abastecia com sal, batata e tecidos os seringueiros de Xapuri, no sertão do Acre, onde nasceu seu filho depois famoso. Houve o ciclo do café e lá foram os mascates para as porteiras das fazendas do interior de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, enfrentando a febre amarela e o temperamento arredio da gente do interior, vender tecidos, botões, roupas aos lavradores e seus patrões. Com o "comércio no sangue" desde gerações imemoriais, os imigrantes iam atrás de fregueses, de oportunidades. Ou mercado, como se diria hoje. Operaram uma revolução no comércio popular, com novidades como vendas a crédito, redução da margem de lucro compensada pela quantidade, alta rotatividade de estoque e promoção de liquidações.

O trabalho duro podia ser recompensado rapidamente. Miguel Estefno, avô materno do ex-governador Paulo Maluf, chegou ao Brasil em 1879. Mascateou durante quatro anos. "Foi a Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Campinas. Tudo a pé", relembrou sua filha Maria, em depoimento registrado no livro *Memórias da Imigração, Libaneses e Sírios em São Paulo.* Fez o percurso clássico: loja de armarinhos, atacadista de tecidos, dono de fábrica de fios. Maria já era uma jovem rica, que morava em mansão, só usava vestidos franceses e passava as férias na praia (a da Enseada, no Guarujá, litoral de São Paulo, comprada por seu pai) quando se casou com Salim Maluf, imigrante bonitão. O sogro, bem de vida, só ajudou como avalista na trajetória de sucesso que o levou de aprendiz numa fábrica de camisas a dono da maior serraria do país. A própria Maria Estefno Maluf demonstrou pendor genético para os negócios. Viúva ainda jovem, tomou gosto pelo trabalho, especialmente na área de imóveis. Deixou uma frase memorável: "Eu gostava de jóias. Mas achava que melhor do que gastar muito dinheiro em jóias era comprar propriedades".

O espírito de clã, trazido por imigrantes que tinham na aldeia o horizonte máximo, beneficiou a comunidade. A rede de favorecimentos começava na acolhida aos recém-chegados e se estendia depois até as relações entre industriais e grandes comerciantes, com facilidades de crédito e de fornecimento. Os mascates, em geral, abasteciam-se com patrícios, comerciantes que já haviam passado pela fase da maleta debaixo do braço e conseguiram abrir uma lojinha. A regra era dar uma força. Com limites, porém. Pois, como diz um provérbio da colônia: "Todo libanês é brimo até a brimeira falência". Essa rede perdurou também para facilitar a entrada em massa da segunda geração no mercado das profissões liberais e, em certo grau, para o ingresso na política. "Na atividade política, muitos cidadãos de origem síria ou libanesa encontraram um canal de mobilidade social", escreveu o americano Clark Knowlton, autor de um importante estudo sobre a imigração árabe no Brasil. "Outros foram forçados a entrar na política para proteger e promover seus interesses comerciais e industriais. Algumas famílias ricas adquiriram o direito de incluir seus filhos e sobrinhos em listas de candidatos pelo prestígio que um posto na política dá na colônia." Jamil Murad, deputado estadual paulista pelo Partido Comunista do Brasil há três mandatos, acredita que a preponderância de políticos árabes nos partidos de direita, ainda hoje, se explica por razão semelhante aos motivos históricos levantados por Knowlton.

"Entre os descendentes políticos, há muitos profissionais liberais e empresários, o que gera uma tendência a apoiar programas que representam seus interesses", analisa.

Os primeiros a prospectar cargos políticos buscavam de certa forma dar continuidade a trajetórias familiares de ascensão social. Embora nem todos os imigrantes tenham ficado ricos, a maioria no mínimo abriu um pequeno negócio. De maneira geral, os que aportaram primeiro foram os que amealharam maior capital. As grandes fortunas das décadas de 40 e 50 eram justamente das famílias que trilharam pioneiramente o trajeto mascate-comerciante-industrial. Em 1907, das 315 firmas de donos sírios ou libaneses em São Paulo, cerca de 80% eram lojas de tecidos ou armarinhos. Em 1930, eram proprietários de 468 dos 800 estabelecimentos de tecidos e confecções, de seis das dez fábricas de camisas, de catorze das 48 fábricas de roupas brancas. Entre as décadas de 40 e 50, o número de comerciantes varejistas diminuiu, enquanto o de atacadistas dobrou e o de industriais, quintuplicou. A escritora Rose Marie Muraro conta que sua família, os Gerbara, donos de uma fábrica de seda, faturava por mês, no fim da década de 40, o equivalente em valores atualizados a 20 milhões de dólares. "Eu vivia como uma princesa, primeiro num palacete na Brigadeiro Luís Antônio, em São Paulo, depois em Copacabana", rememora.

Entre todas as grandes fortunas, a maior provavelmente era dos Jafet. Eles praticamente fundaram o bairro do Ipiranga, em São Paulo, onde ergueram fábricas, prédios de apartamentos para seus cerca de 2 000 operários e uma dezena de palacetes para toda a família. O primeiro deles, de Benjamin Jafet, tinha 1 500 metros quadrados de área construída. Violeta Jafet, neta de um dos pioneiros, lembra que recebeu toda a sua formação escolar sem sair de casa porque a mãe tinha medo de doenças infecto-contagiosas – ela só foi ter sarampo aos 30 anos de idade. Sua irmã Ângela cursou até o 2º ano de engenharia sem conhecer uma sala de aula. Quando casou, mudou para um dos palacetes do Ipiranga e montou num dos ambientes uma sala igual à de um castelo que viu na Europa, "com cortinas de veludo verde e forro todo em estuque prateado". Outra sala era cópia de uma do Palácio de Versalhes. Os Jafet, porém, não eram os únicos ricos da colônia. Em 1930, a Avenida Paulista, o endereço mais chique de São Paulo, tinha 22 casas cujos donos eram de origem árabe.

A história recente do Líbano é marcada por guerras e conflitos, fatores que pesaram na imigração de volume excepcional. O Líbano tem uma população de 3,2 milhões de habitantes e o número de libaneses e seus descendentes fora do país é de 14 milhões. Quase a metade destes no Brasil. Há presença significativa também nos Estados Unidos, Austrália, Canadá e outros países latino-americanos, onde se repete o fenômeno da marcante representação política. Num encontro internacional de parlamentares de origem libanesa que aconteceu há dois anos em Brasília, apareceram deputados e senadores de doze países, além dos anfitriões. Os Estados Unidos têm um senador e três deputados filhos de libaneses. O Equador alinha dois presidentes saídos da colônia: Abdalá Bucaram (deposto e exilado) e Jamil Mahuad. A Argentina, um filho de sírios, Carlos Menem.

De fé muçulmana, Menem converteu-se ainda jovem ao catolicismo, revelando notável capacidade de antever os fatos – quando foi eleito, a Constituição argentina ainda exigia que o presidente fosse católico. A grande maioria dos imigrantes, porém, era de cristãos: católicos maronitas ou ortodoxos. Minoritários num mar de muçulmanos, perseguidos por motivos religiosos, viram a religião funcionar a seu favor do outro lado do oceano. "Como não havia o empecilho da religião, a integração foi maior, diferente por exemplo da dos judeus", afirma Vera Cattini Mattar, uma das autoras do livro *Memórias da Imigração*. O fato de serem cristãos num país de católicos é citado por muitos estudiosos como uma das

causas da boa aceitação que sírios e libaneses tiveram no Brasil e um dos motivos da rápida integração.
Mesmo com dificuldade em distinguir masculino e feminino e em pronunciar algumas letras, como o P e o V, que não existem no alfabeto árabe, os "brimos" logo se integraram à vida no Brasil. Para facilitar o negócio mudavam até de nome. Eram comuns as traduções, ou melhor, as livres traduções. Youssef Dau virou José da Luz; Butros Harb, Pedro Guerra; Hanna Dib, João Lobo. O sobrenome Jabarra tornou-se Gabeira. O pai do ex-ministro Adib Jatene saiu do Líbano como Abdalla, mas conquistou os seringueiros como Domingos. Quibe e esfiha viraram comida brasileira, um fast food pioneiro. O sobrenome do político mais conhecido da colônia deu origem ao brasileiríssimo verbo malufar. O fato de que, exceto numa reportagem como esta, ninguém pensaria em juntar sob o mesmo guarda-chuva personagens tão variados como os vistos nestas páginas é talvez o sinal mais ilustrativo da total integração. Até o pendor político pode ser visto sob um ângulo nacional. João Sayad, ex-ministro do Planejamento, professor de economia na Universidade de São Paulo e banqueiro, arrisca uma comparação: "Libanês tem mania de falar em público e de escrever. É uma espécie de baiano do Oriente Médio". “

ALGUNS INTEGRANTES DA FAMÍLIA JEREISSATI

Carlos Jereissati (Fortaleza, 2 de dezembro de 1917 — Rio de Janeiro, 9 de maio de 1963) foi um industrial, empresário, banqueiro e político brasileiro.
Como político foi deputado federal e senador pelo Ceará. É o pai do empresário Carlos Francisco Ribeiro Jereissati e do político Tasso Jereissati.

Tasso Ribeiro Jereissati (Fortaleza, 15 de dezembro de 1948) é um político e empresário do Brasil, senador pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) eleito em 6 de outubro de 2002. É filho do ex-deputado e ex-senador Carlos Jereissati.
Como empresário Jereissati se destaca em diversas áreas . É dono de distribuidora de refrigerantes, shopping centers e canais de televisão.
Seu primeiro cargo na vida política, foi como governador de seu estado natal, eleito pelo PMDB, durante o período 1987–1991, quando apoiado pelo então governador Gonzaga Mota derrotou as forças politicas dos Coronéis Adauto Bezerra, Virgílio Távora e César Cals, que governavam o Ceará desde o golpe de estado de 1964. Em junho de 1988, participou ativamente na fundação de seu partido, o PSDB - partido do qual ocupou por duas vezes o cargo de presidente nacional.
Promoveu profundas reformas no Estado, equilibrando as finanças, atraindo investimentos e mudando o perfil econômico do Estado. Em seu governo foi criado o programa de Agentes de Saúde da Família, que reduziu drasticamente a mortalidade infantil, o que motivou uma premiação pela ONU. Retornou ao posto em 1995, sendo reeleito em 1998. Em 2002, Tasso elegeu-se senador da República pelo estado do Ceará. O período durante o qual despontou como administrador político e implantou seu projeto no Ceará é conhecido como Era Tasso.

Carlos Francisco Ribeiro Jereissati (Fortaleza, 1946) é um empresário brasileiro, nascido no Ceará e radicado em São Paulo desde 1965.
É dono da La Fonte Participações, que controla o Shopping Iguatemi, o Grande Moinho Cearense e acionista majoritário da Oi(Nome ficticio da empresa Telemar).
A compra da Telemar durante a privatização da telefonia no Brasil foi o que o transformou em um homem conhecido - já que era o azarão do leilão, mas acabou arrematando a maior concessão de telefonia do país.
Carlos é irmão do ex-governador do estado do Ceará, atual senador pelo mesmo estado e ex-presidente nacional do PSDB, Tasso Jereissati.
Jereissati tem destacado papel filantrópico de assistência ao Hospital Sírio-Libanês.

Carlos Jereissati Filho (São Paulo, 1971) é um empresário brasileiro. Filho de Carlos Francisco Ribeiro Jereissati, foi presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers entre 2003 e 2004.

ACERCA DA CIÊNCIA GENEALOGIA

Na maioria das línguas indo-europeias, o prenome precede o sobrenome (apelido de família) na forma de designar as pessoas. Em algumas culturas e idiomas (por exemplo em húngaro, vietnamita, chinês, japonês ou coreano), o sobrenome precede o prenome na ordem do nome completo.

Na maioria das culturas as pessoas têm apenas um sobrenome, geralmente herdado do pai. Muitas vezes porém na cultura anglo-saxónica entre o nome próprio e o sobrenome usam ainda um nome do meio, por vezes escolhendo o sobrenome materno para esse segundo nome próprio. Já na cultura lusófona é costume os filhos receberem um ou mais sobrenomes de ambos os progenitores. Também assim se procede na cultura hispânica, porém note-se que, enquanto na Lusitana os sobrenomes maternos precedem os paternos na disposição final do nome completo, na Espanha e na América hispânica a ordem é a inversa. Em Portugal o número máximo de sobrenomes permitidos é quatro, o que permite o uso de sobrenome duplo quer materno, quer paterno, enquanto que na Espanha é de dois, mas esses dois podem ser duplos, unidos por hífen, resultando na realidade em quatro. Já no Brasil e nos restantes paises de língua portuguesa não existe essa limitação.

Em muitas culturas também é normal uma mulher assumir o sobrenome do marido após o casamento. Em Países como a França, a Alemanha e nos países anglo-saxônicos é normal a mulher "abdicar" do seu sobrenome de solteira (o chamado maiden name) e ficar apenas com o sobrenome do seu cônjuge. Nos últimos anos, porém, tem-se tornado algo frequente as mulheres estadunidenses apenas "acrescentarem" o apelido do marido ao seu nome de solteira ou hifenizarem ambos os sobrenome (é o caso de Hillary Rodham Clinton).

Na Espanha e em alguns países de língua espanhola a mulher costumava substituir o seu sobrenome materno pelo sobrenome do marido, precedido da preposição "de". Contudo, nas últimas décadas esta prática tem sido gradualmente abandonada.

Em Portugal a lei apenas obriga, ao registar-se um neófito, a que este receba um nome próprio, e um dos sobrenomes paternos, do pai, não necessariamente o último sobrenome do pai, pode ser até o da mãe do pai, ou sobrenome paterno do meio. Um segundo nome próprio, sobrenomes maternos, ou mais sobrenomes paternos, até ao número de quatro, são facultativos legalmente, ou seja, dependem da vontade dos pais.

A partir do final do século XIX apenas, e por influência da burguesia francesa, tornou-se algo comum as mulheres portuguesas acrescentarem o sobrenome (ou duplo sobrenome) do marido aos seus sobrenomes, sem no entanto perderem os seus próprios de solteira. Esta prática pode originar nomes extraordinariamente longos (até dois nomes próprios, e até seis sobrenomes seguidos) ou causar situações como uma mulher chamada Maria Santos Silva casar com um homem chamado José Pereira Santos, passando o seu nome a ser Maria Santos Silva Santos. Note-se no entanto que a repetição na mulher de sobrenomes comuns aos noivos é legalmente facultativa em Portugal, e depende apenas do gosto da noiva. Assim por exemplo, geralmente esta Maria Santos Silva escolherá ao casar assinar-se oficialmente Maria Silva dos Santos, se Pereira for da sua sogra, ou Maria Silva Pereira dos Santos, se Pereira dos Santos for sobrenome duplo do marido. Pois a adoção do sobrenome

do marido, note-se, nunca foi obrigatória em Portugal, é apenas facultada por lei perante a vontade expressa dos noivos nesse sentido. Inversamente, a lei permite à mulher divorciada guardar o sobrenome ou sobrenomes do ex-marido, se assim o entender, por exemplo, por já ser conhecida profissionalmente e não pretender por essa razão retirá-los, ou outra ainda - manter o mesmo sobrenome usado pelos seus filhos, por exemplo.
Atualmente uma nova tendência cultural entre as mulheres portuguesas está regressando ao velho costume português de manter os sobrenomes de solteira, não adotando os do marido ao casar. Também não é incomum em Portugal uma mulher assumir o sobrenome do marido mas não o usar nem na sua vida profissional nem na sua vida pessoal. Na lei atual, também é permitido os homens adotarem o sobrenome das esposas, ou cada um dos noivos adotar um sobrenome do outro em troca, embora este uso não seja muito freqüente.
Em países como o Japão, ao casar-se, um casal é obrigado a assumir um sobrenome em comum, e apesar de na maioria das vezes ser o do homem, o contrário também é socialmente aceito.
A prática das mulheres assumirem o sobrenome do marido é considerada por vezes machista, devido ao seu aparente significado histórico — as mulheres deixariam de pertencer à família do pai para pertencerem à família do marido. Esta perspectiva pode ser no entanto contrariada, pelo menos no quadro da cultura lusitana, aonde durante séculos, e até ao sc. XIX pelo menos, se manteve o costume matriarcal de as filhas tomarem os sobrenomes de suas mães, tias e avós, na generalidade dos casos, tanto entre a nobreza como entre o povo, reservando-se aos rapazes o uso dos sobrenomes dos seus pais, tios e avós (masculinos). E ainda o costume cruzado de o primeiro filho homem tomar o nome completo (prenome e sobrenome) do avô paterno, enquanto o segundo filho homem tomava o nome completo do avô materno; enquanto às moças se procedia dando à primeira o nome total da avó materna, à segunda o nome por inteiro da avó paterna, etc. Este singularização onomástica histórica de Portugal no quadro internacional explica-se pelas fundas raízes matriarcais da cultura celto-gálica, depois gálica-portuguesa, de que ele nasceu.

Patronímico:

É interessante acrescentar que no Brasil, até o Código Civil de 2002 somente as mulheres poderiam adquirir o sobrenome do cônjuge. Após a nova edição do Diploma Legal, o marido também pode acrescentar ao seu nome o sobrenome da mulher, cabendo ao casal esta decisão.

Como os sobrenomes surgiram:

Conhecer a origem dos sobrenomes poderá indicar de onde certa família descende, no que trabalhavam ou conhecer algumas características dos ancestrais dessa família.
Os primeiros a adquirirem sobrenomes foram os chineses. Algumas lendas sugerem que o Império Fushi decretou o uso de sobrenomes, ou nomes de famílias, por volta de 2.852 a.C. Os chineses tinham normalmente 3 nomes: o sobrenome, que vinha primeiro e era uma das 438 palavras do sagrado poema chinês "Po-Chia-Hsing". O nome de família vinha em seguida, tirado de um poema de 30 personagens adotados por cada família. O nome próprio vinha então por último.
Nos tempos antigos os romanos tinham apenas um nome. No entanto mais tarde passaram a usar três nomes. O nome próprio ficava em primeiro e se chamava "praenomen". Depois

vinha o "nomem", que designava o clã. O último nome designava a família e é conhecido como "cognomen". Alguns romanos acrescentavam um quarto nome, o "agonomen", para comemorar atos ilustres ou eventos memoráveis. Quando o Império Romano começou a decair, os nomes de família se confundiram e parece que os nomes sozinhos se tornaram costume mais uma vez.

Formação e evolução dos sobrenomes em Portugal e no Império Português

Desde a Idade Média algumas zonas rurais portuguesas,mesmo até tarde, já na Idade Moderna, pelo menos até ao sc. XVIII, as pessoas eram conhecidas pelo nome próprio. Em Portugal, a esse nome próprio era acrescentado o patronímico, para os rapazes, e o matronímico, para as moças. Em casos mais raros, podiam os rapazes ser conhecidos pelo matronímico, por exemplo, se não tivessem pai, ou as raparigas pelo patronímico, no caso por exemplo de o pai ser de uma família mais distinta do que a da mãe. A partir do fim da Idade Média, numa lenta transição das urbes para o campo, e do litoral para o interior, os patronímicos tendem a fixar-se, transmitindo-se sempre o mesmo, já como sobrenome de uma dada família que o usa em comum.
Nos documentos oficiais em Portugal, por exemplo, na Chancelaria régia portuguesa, os registos mencionam sempre o nome da pessoa, seguido do nome do pai dela, de forma a impedir confusões entre homónimos.
A necessidade de adicionar outro nome para distinguir as pessoas de mesmo nome veio a partir de certa altura a ganhar popularidade. Então elas passaram a adicionar ao nome que declaravam, ou que assinavam, o apelido (sinónimo em português de alcunha) por que os outros as distinguiam, ou então a sua terra de origem, por exemplo. Assim, o João Anes filho do ferreiro se diria João Anes Ferreiro, podendo passar essa alcunha/apelido aos seus descendentes. O filho de João Anes, de Guimarães, que passasse a residir em Barcelos, dir-se-ia João Anes Guimarães. Este processo é paralelo e análogo ao da nobreza, que em muitos conhecidos se assina pelo nome das terras de senhorio da respectiva família (João Anes da Silva, ou seja, João filho de João senhor ou dono da Terra da Silva), ou Afonso Vaz Correia (Afonso filho de Vasco da linhagem tornada conhecida pelo epíteto/alcunha/apelido Correia).
Assim temos dois tipos básicos de sobrenomes, os que eram dados, ou chamados pelos de fora a alguém, para o distinguir (apelido, o mesmo que alcunha), e aqueles que são escolhidos pelo próprio para se afirmar, ou distinguir perante os outros (toponímicos).
No século XI, época da Revolução Urbana na Europa, com a explosão da população nas até então pequenas cidades medievais, pouco mais do que aldeias, o uso de um segundo nome se tornou tão comum nessas urbes subitamente crescidas, e aonde as pessoas passaram a ter mais dificuldade em conhecerem-se todas, que em alguns lugares era mal considerado não se ter um sobrenome. Mas mesmo tendo sido este fenómeno o começo para todos os sobrenomes que existem hoje, grande parte dos nomes usado nas Idades Média e Moderna não tem a ver com a família, isto é, nenhum era obrigatoriamente hereditário, até à implantação do registo civil com força de Lei em Portugal, no ano de 1911. Note-se que até ao sc. XVII nem sequer a Família Real dispunha de sobrenome, sendo apenas os seus membros tratados pelos seus nomes próprios, e seus respectivos títulos distintivos.
Até esse ano, com efeito, a adoção dos sobrenomes era liberal, isto é, as pessoas eram apenas batizadas com o nome próprio, e escolhiam livremente mudar esse nome próprio ao entrar na adolescência, época em que recebiam o sacramento do Crisma, considerado um

novo batismo, e que permitia, e permite, mudar o nome próprio, ou acrescentar-lhe outro. Até 1911, pois, por conselho da família ou vontade própria, o crismado escolhia qual ou quais os sobrenomes de família que iria assinar como adulto. Esses registos eram exclusivamente os da Igreja Católica, que serviam oficialmente quando preciso na vida civil.

No século XIV, é adotada em Portugal a língua portuguesa para os registos oficiais, abandonando-se o latim bárbaro até então utilizado para esse efeito. Isto paralelamente a outras nações europeias, aonde pelos anos de 1370 já se encontra a palavra "sobrenome" em documentos, nas respectivas línguas locais. Mas sobrenome significando ainda e apenas, então, um segundo nome mais distintivo, livremente atribuido ou escolhido, não necessariamente transmissível. Ou seja, não o sobrenome em sentido contemporâneo do termo.

À medida em que os governantes passaram a usar cada vez mais documentos escritos e a deixar registrados seus atos legais, foi-se tornando mais importante identificar com exatidão as pessoas. Em algumas comunidades nos centros urbanos, os nomes próprios eram insuficientes para distinguir as pessoas. No campo, com o direito de sucessão hereditária de terras, era preciso algo que indicasse vínculo com o dono da terra, para que os filhos ou parentes pudessem adquirir a herança, já que qualquer pessoa com o mesmo nome poderia tentar se passar por filho. Acredita-se que na Europa, só depois de terminado o século XIX, a maior parte das pessoas de qualquer nível social tinha um sobrenome, ou sobrenomes, hereditários, fixos em alguns casos. Fora da cultura lusitana, este sobrenome tendia a ser patrilinear, único, e identificava a família como primado de identidade masculina, provendo assim uma ligação com o passado, e preservando sua identidade no futuro.

No mundo fora da Lusofonia não é surpresa o fato de que antigamente a prioridade das famílias mais importantes fosse ter filhos homens, para manter o nome, afinal, os filhos homens eram quem passava o sobrenome para as novas gerações, e por essa razão era desgostoso para uma família não ter nenhum descendente masculino. Já em Portugal vigorava o conceito de casa, tanto entre a nobreza quanto entre o povo, constituido pela noção de património familiar comum partilhado, no qual na ausência de varões sucediam as mulheres como senhoras da casa, que em muitos casos transmitiram, e transmitem ainda, esse sobrenome da casa à sua descendência. É o chamado sistema misto. Este costume português explica porque é que atualmente são raríssimas, se é que ainda existem, as famílias portuguesas, ou de origem portuguesa, que mantenham a varonia do sobrenome, ou sobrenomes usados na atualidade. Ao contrário da França, por exemplo, aonde se sabe que as famílias se consideram extintas na falta de homens que lhes transmitam o nome, em Portugal elas sobreviveram, bem como o uso dos sobrenomes antigos, através da trasmissão por via feminina.

Além disto, convém ainda ter em conta que durante a profunda vivência religiosa dos tempos antigos, a noção de parentesco e de família, mais do que carnal, era considerada espiritual, pelo que as pessoas com larga vivência comum numa mesma casa, aonde a família se considerava constituida por amos, parentes, filhos, criados, e até os escravos, todos podiam ser conhecidos pelo sobrenome principal da casa, mesmo os escravos batizados, que recebiam no batismo os nomes e sobrenomes dos seus senhores. E o parentesco espiritual era tão forte que, por exemplo, padrinhos eram considerados como pais dos seus afilhados, impedidos de casar, por exemplo, etc. Assim, muitas vezes os afilhados, sobretudo quando herdavam dos padrinhos, tomavam os seus sobrenomes, especialmente se estes fossem seus parentes, mesmo que remotos, sem outra razão para tal

que não fosse manter um mesmo sobrenome ligado aos mesmos bens transmitidos. Este aspecto esteve mesmo muitas vezes consignado nas escrituras de instituição de vínculos temporais, em que os instituidores obrigavam todos os sucessores a usarem o sobrenome ligado aos bens, o que explica o costume formado em Portugal de utilização oficial de cada vez mais sobrenomes, de maneira a não poder perder esses bens que tinham essa cláusula.

Formação e adoção dos sobrenomes noutros países europeus

Noutros países, o processo foi muito distinto. Parece que o uso moderno dos nomes hereditários é uma prática que se originou na aristocracia comercial veneziana durante as Cruzadas, na Itália, por volta do século X ou XI. Muitos desses nomes italianos usados eram, porém, não os de uma família de sangue, mas sim de uma família corporativa, ou seja, um nome comum para todos os membros de um sindicato comercial, e respectivos familiares, unidos pelo negócio, e não pela biologia. Outros viajantes, voltando da Terra Santa e passando pelos portos da Itália, tomaram nota deste costume e o espalharam muito lenta e gradualmente pelo resto da Europa Ocidental, nas zonas litorâneas urbanas aonde passava a navegação de cabotagem. Por exemplo, no começo dos séculos XV e XVI os nomes de família ganharam popularidade na Polônia e na Rússia. Os países escandinavos, amarrados ao seu costume de usar o nome do pai como segundo nome, não usaram nomes de família antes do século XIX, e na Islândia - país com pequena população - até hoje se mantém este uso. A Turquia esperou até 1933, quando o governo forçou a prática de sobrenomes a ser adotada em seu povo.
Os sobrenomes foram primeiramente usados pela nobreza e ricos latifundiários (senhores feudais), e pouco a pouco foram adotados por comerciantes e plebeus. Os primeiros nomes que permaneceram foram aqueles de barões e latifundiários, que receberam seus nomes a partir de seus feudos ou propriedades. Estes nomes se fixaram através da hereditariedade destas terras. Para os membros da classe média e trabalhadores, como as práticas da nobreza eram imitadas, começaram a usar assim os sobrenomes, levando a prática ao uso comum.
É uma tarefa complicada classificar os nomes de família por causa das mudanças de ortografia e pronúncia com o passar dos anos. Muitas palavras antigas tinham significados diferentes na época, ou hoje em dia estão obsoletas. Muitos nomes de família dependeram da competência e discrição de quem os escreveu no registro. O mesmo nome pode muitas vezes estar escrito de diferentes maneiras até mesmo em um documento só. Um exemplo: Carlos Red, que recebeu seu nome por ter cabelos vermelhos (red=vermelho, em inglês), pode ter descendentes prováveis com o sobrenome Reed, Reade, etc.

Formação dos sobrenomes ou apelidos em geral

Os nomes de família chegaram até nós de diferentes maneiras. A grande maioria dos sobrenomes evoluíram de cinco fontes principais:
Ocupação: John, sendo carpinteiro, cozinheiro, moleiro, alfaiate, chamar-se-ia em inglês, respectivamente, de: John Carpenter, John Cook, John Miller e John Taylor. Um ferreiro, se chamaria em inglês de Smith, um dos sobrenomes mais comuns. Toda vila tinha os seus Smiths (ferreiros), Millers (moleiros), Taylors (alfaiates) e Carpenters (carpinteiros), Gardners (jardineiros), fisherman (pescadores), Burke ou Burgie (vendedor de burcas,

tecido de seda), Hunters (caçadores), sendo que os Millers de uma vila não tinham necessariamente nenhuma relação com os Millers de outra vila.
Localidade: O John que morava numa colina/montanha (hill, em inglês) pode ter ficado conhecido por John Overhill (over, considera-se "em cima"). O John que morava perto de um riacho poderia ser chamado de John Brook (brook=arroio, ribeiro). Você pode dizer que um sobrenome deriva de um local quando, por exemplo, termina com (em Inglês):
-hill (em inglês) ou -berg (em alemão), ambos significam montanha, monte;
-ford (um leito de rio);
-wood (floresta, bosque);
-brook (arroio, ribeiro);
-well (poço).
Alguns nomes portugueses são derivados de nomes estrangeiros de localidade. Por exemplo, Dutra teria vindo do holandês 'van Utrecht'.
Patronímico e matronímico: Muitos sobrenomes indicavam antigamente o nome do pai ou da mãe; por exemplo, "Esteves" significa "filho de Estêvão". Mas também Joana Fernanda significava Joana filha de Fernanda, assim como André João significou André filho de João, e José Mariano quiz dizer José filho de Maria. Alguns dos patronímicos e matronímicos são cursivados, e se passará a chamar Joana Fernandes ou André Eanes aos mesmos dois exemplos referidos atrás, processo sempre iniciado no litoral, e mais tardio no interior português ou no interior colonial. Os sufixos (ou prefixos) dos patronímicos variam de país para país:
Alemanha: -sen; -sohn
Armênia: -ian
Bulgária: -ov (masc.); -ova (fem.)
Dinamarca: -sen
Escócia: Mc-; Mac-
Espanha: -ez
Finlândia: -nen
França: -t
Hungria: -yi
Geórgia: -dze; -shvili
Grécia: -poulos
Inglaterra: -son
Irlanda: Mc-; Mac-; O'-
Itália: -i
Islândia: -sson (masc.); -dottir (fem.)
Normandia: Fitz-
Noruega: -sen
País de Gales: Ap-
Polônia: -wiecz; -ski
Portugal: -(e)s. Exemplos: Simões (filho de Simão); Guimarães (filho de Guimara, ou Vimara); Fernandes (filho de Fernando); Henriques (filho de Henrique); Nunes (filho de Nuno); Martins (filho de Martim)
Romênia: -escu
Rússia: -ov, -ev (masc.); -ova, -ovna (fem.); -vitch
Suécia: -sson
Ucrânia: -enko

Na Normandia, John, filho de Randolph, ficaria John fitz-Randolph. Na Escócia, os descendentes, por exemplo, de Gilleain eram conhecidos como MacGilleain e mais tarde abreviava-se para Mc, como McClean, McLane, McCann, McDaudt etc.
Apesar do nome patronímico ter sido usado por um longo tempo, eles sempre mudavam de geração para geração. Como exemplo, John, filho (son) do William, poderia ser conhecido como "John Williamson", mas o filho dele teria como sobrenome "Johnson", por ser filho (son) do John.
Característica: um homem muito baixo poderia ser chamado, em inglês, de Small, Short, Little ou Lytle. Um homem grande poderia ser então Longfellow, Large, Lang ou Long. Muitas pessoas que tinham características de um animal receberiam dele o nome, como por exemplo, uma pessoa travessa, astuciosa, poderia ser chamada de Fox (raposa); Um bom nadador, de Fish (peixe); um homem quieto, Dove (pombo) e assim por diante. Os sobrenomes que são normalmente engraçados, alguns surpreendentes e por vezes até embaraçosos, são os nomes que provêm das características. Nem sempre se pode levar a sério o significado de um sobrenome comparando com os valores de hoje em dia, pois o significado das palavras mudou durante centenas de anos. Diante do sobrenome inglês "Stout", pode-se interpretar que o titular deste sobrenome era gordo, fortão ou então decidido, resoluto. Muitos sobrenomes têm mais de uma origem. Por exemplo, o sobrenome inglês "Bell" (sino) pode dizer tanto de alguém que morou ou trabalhou onde se toca o sino, quanto alguém que fabricava sinos. Pode ser descendente de alguma Isabel, ou pode ter vindo do francês antigo no qual a palavra "bel" significa beleza, correspondendo então a alguém muito bonito.
Religião: nos países em que a religião mais influente á a católica, é habitual o uso de designações religiosas nos apelidos. Exemplos: Anjos, Assunção, Baptista, Espírito Santo, Graça, Luz, Jesus, Santos.

Pesquisa Genealógica e a origem dos sobrenomes

Uma das ciências auxiliares da História, a Genealogia está intimamente ligada aos sobrenomes. A busca pela origem dos nomes das famílias é uma das formas de obtenção dos registros que permitem conhecer a árvore genealógica de uma pessoa, bem como dados importantes sobre a origem de sua parentela.
A internet revolucionou a pesquisa genealógica, reunindo recursos que diminuíram muito o tempo necessário para construir uma árvore de ancestrais. Tecnologias como as redes sociais são empregadas de forma a facilitar a busca por pessoas distantes que tenham o mesmo sobrenome, parentes esquecidos, perdidos ou por registros relevantes.

(**Fonte de consulta** – Site da Wikipedia - http://pt.wikipedia.org)

SIMBOLOGIA ADOTADA

b.(born) - significa nascido em;
d(died) - significa morreu em;
m(married) - significa casado em;

ÁRVORE GENEALÓGICA SIMPLIFICADA DA FAMÍLIA JEREISSATI

Descendentes de AZIZ KALIL JEREISSATI Autor: Daniel C. de Figueiredo
08 Sep 2008

==========

1. AZIZ KALIL JEREISSATI
sp: MARIA JOSÉ BOUTALA
|-2. Senador CARLOS JEREISSATI (b.1916-Fortaleza-Ce d.1963-Rio de Janeiro)
| sp: MARIA DE LOURDES RIBEIRO (b.1925)
| |-3. ex-Gov. do Ceará e Senador TASSO RIBEIRO JEREISSATI (b.1948-Fortaleza-Ce)
| | sp: RENATA VIDAL QUEIROZ (b.1954)
| | |-4. ANDRÉ QUEIROZ JEREISSATI
| | |-4. JOANA QUEIROZ JEREISSATI
| | |-4. CARLA QUEIROZ JEREISSATI
| | | sp: BENJAMIM DE OLIVEIRA
| | +-4. NATÁLIA QUEIROZ JEREISSATI
| |-3. CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI
| | sp: Iara
| | |-4. CARLOS FRANCISCO JEREISSATI FILHO
| | |-4. PEDRO JEREISSATI
| | +-4. ERIKA JEREISSATI
| | sp: ? ZULLO
| |-3. DIANA RIBEIRO JEREISSATI
| | sp: JOSÉ CARLOS LEGEY
| | |-4. ? CAMILA JEREISSATI LEGEY
| | |-4. ALEXANDRE JEREISSATI LEGEY (b.1970)
| | +-4. BERNARDO JEREISSATI LEGEY
| |-3. VERA RIBEIRO JEREISSATI
| | sp: ? SANTOS
| | +-4. ? ISABEL JEREISSATI SANTOS
| |-3. HUGO RIBEIRO JEREISSATI(b.1954 d.2009)
| +-3. LIA RIBEIRO JEREISSATI
| sp: PAULO ARY

| +-4. JOÃO JEREISSATI ARY
| sp: MARINA AGUIAR
|-2. JOSÉ BOUTALA JEREISSATI
| sp: RITA ELOI
|-2. GERALDO BOUTALA JEREISSATI
|-2. FRANCISCO JEREISSATI
|-2. ANICE JEREISSATI
| sp: JEAN JEREISSATI
|-2. LINDETE JEREISSATI
| sp: ANANIAS CISNE FILHO
+-2. ANITA JEREISSATI
sp: JORGE ARY
|-3. HELOYSA JEREISSATI ARY
| sp: DUQUE FILHO
| |-4. ISABELLE ARY
| +-4. LOUISE ARY
|-3. JORGE ARY FILHO
|-3. ANA MARIA JEREISSATI ARY (b.Fortaleza)
| sp: Eng. Civil e Prof. Universitário JOSÉ PIRAGIBE FIGUEIREDO MENDES (Pira) (b.1942-Fortaleza-Ce m.1968)
| |-4. Ms. em Psicologia CELINA ARY MENDES (b.1969-Fortaleza-Ce)
| | sp: GILES GARCIA (b.França)
| | +-5. JOAQUIM GABRIEL GARCIA (b.2002-Paris-França)
| +-4. Advogada RACHEL ARY MENDES (b.1974-Fortaleza-Ce)
| sp: JOSÉ DEODATO RAMALHO (b.Boa Viagem-Ceará)
| +-5. LUCAS MENDES RAMALHO (b.2003)
+-3. ANTÔNIO JEREISSATI ARY
sp: EVELINE

Árvore elaborada utilizando o Programa Ancestry Family Tree

BIBLIOGRAFIA

1 - http://pt.wikipedia.org
2 – Coluna Social de Sônia Pinheiro
3- Jornais, Revistas e Televisões